

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM MUNICÍPIOS
PRODUTORES DE SOJA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2000-2010

CURITIBA

2013

DANIELE SIQUEIRA

CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM MUNICÍPIOS
PRODUTORES DE SOJA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2000-2010

Artigo de conclusão de curso de especialização do
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas,
da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Armando José Dalla Costa

CURITIBA

2013

RESUMO

Os dez municípios que mais produziram soja no Brasil em 2010 (sete localizados em Mato Grosso, dois na Bahia e um em Goiás) registraram, ao longo da década de 2000, crescimento expressivo na produção do grão, no PIB e no tamanho de sua população. Este artigo analisa a evolução desses dados entre 2000 e 2010, comparando-a à trajetória de alguns indicadores de desenvolvimento econômico, com o objetivo de detectar se o avanço da produção de soja e o crescimento da economia dos municípios analisados resultaram em melhora na qualidade de vida de seus habitantes. Conclui-se que os municípios que podem ser classificados como “regiões jovens”, de acordo com a Teoria da Base Exportadora desenvolvida por Douglass C. North na década de 1950, foram os que tiveram melhor desempenho no período, superando a média brasileira em diversos casos. Municípios mais antigos e onde a soja é uma cultura relativamente recente, por outro lado, têm indicadores de desenvolvimento mais baixos, mas estão entre os que mais evoluíram entre 2000 e 2010.

PALAVRAS-CHAVE

soja, crescimento e desenvolvimento econômico, base exportadora, Brasil

ABSTRACT

The top 10 soybean-growing Brazilian municipalities in 2010 (seven in the state of Mato Grosso, two in Bahia, and one in Goiás) had, during the 2000s, a significant increase in their soybean production, GDP and population. This article examines the evolution of those numbers between 2000 and 2010 and compares that evolution to the trajectory of some economic development indicators, in order to detect if the soybean expansion and the economic growth resulted in better conditions of life for the population. It concludes that the municipalities which can be classified as “young regions”, according to the Export Base Theory developed by Douglass C. North in the 1950s, had the best performance in the period, in many cases exceeding the Brazilian average. Older municipalities, and where the soybean crop is relatively new to the region, have lower development indicators, but are among those with the largest increases between 2000 and 2010.

KEYWORDS

soybeans, economic growth and development, export base, Brazil

1 INTRODUÇÃO

Em 2010, o Brasil plantou 23,3 milhões de hectares com soja, 70% a mais do que havia plantado dez anos antes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O aumento da produção, favorecido pela melhora da produtividade, foi ainda maior, passando de 32,8 milhões de toneladas em 2000 para 68,8 milhões – um salto de 109%. Com isso, a soja consolidou-se como a principal cultura agrícola brasileira, ocupando 40% da área cultivada com lavouras temporárias no país (IBGE, 2013).

A soja iniciou sua expansão no Brasil na década de 1960, a partir da região Sul. Entre os fatores econômicos que estimularam seu avanço destacam-se dois: os incentivos fiscais à produção de trigo e ao estabelecimento de agroindústrias (que beneficiaram indiretamente a soja, plantada no verão como cultura de rotação com o trigo) e a alta dos preços no mercado internacional, especialmente em meados da década de 1970, quando ocorreram quebras de safra em outros países. Além disso, destacaram-se também a substituição das gorduras animais por óleos vegetais na alimentação humana; o estabelecimento de uma rede de pesquisa de soja envolvendo governos e iniciativa privada; as facilidades de mecanização das lavouras no relevo plano do Sul; e a melhora da infraestrutura da região (EMBRAPA, 2004).

No Centro-Oeste, a expansão do grão começou na década de 1980, impulsionada pelos incentivos fiscais dados à abertura de novas áreas de produção agrícola, aquisição de máquinas, construção de armazéns e estabelecimento de agroindústrias; aos preços mais baixos da terra em relação ao Sul; à melhora da infraestrutura trazida pela construção de Brasília; à migração de produtores do Sul para o Brasil central; e o desenvolvimento de sementes de soja adaptadas às condições de clima e solo da região (EMBRAPA, 2004).

Na década de 2000, com o Centro-Oeste já consolidado como a principal região produtora de soja do país (foi responsável por 46% da produção brasileira em 2010), a cultura expandiu-se em direção às áreas de Cerrado do Nordeste e do Norte – primeiro na Bahia, depois no Tocantins, Maranhão e Piauí. Essa expansão foi estimulada por um fator que deu impulso extra à produção de soja em todo o Brasil: a ascensão da China como maior importador e consumidor mundial e também como o principal destino das exportações brasileiras do grão.

Em 2000, os chineses importaram 1,8 milhão de toneladas de soja em grão brasileira; dez anos depois, o volume havia crescido mais de dez vezes, chegando a 19,1 milhões de toneladas, ou 65% do total exportado pelo Brasil (MDIC, 2013). E não foi só aqui que a China aumentou as compras de soja. Nos Estados Unidos, os chineses compraram 22,5

milhões de toneladas na temporada comercial 2009/10 (setembro a agosto), contra 5,2 milhões dez anos antes (USDA, 2013).

Por trás desse incremento na demanda da China está o crescimento de sua economia, a ampliação de sua classe média e a consequente mudança nos hábitos alimentares da população. Com renda maior, os chineses passaram a consumir mais carne, o que resultou, por sua vez, em mais demanda por soja para produzir ração animal e óleo. Na década de 2000, o consumo per capita de carnes (suína, frango e bovina) atingiu média de 47 kg por ano na China, 42% à frente da média mundial e 30% acima da média chinesa na década anterior¹.

Tanta demanda teve efeito sobre os preços internacionais da soja. Em 2010, o preço médio das exportações brasileiras foi de US\$ 345 por tonelada FOB porto, contra US\$ 176 em 2000 (MDIC, 2013). Outro fator que contribuiu para a alta dos preços e o aumento da liquidez no mercado internacional da soja foi o crescimento do fluxo de dinheiro especulativo para as bolsas de commodities agrícolas. Em face da redução das taxas de juros nos países desenvolvidos ocorrida no início da década de 2000, a aplicação em contratos futuros de produtos agrícolas como a soja se tornou uma alternativa para quem buscava ativos de maior rentabilidade e liquidez. Em 2000, o volume de contratos futuros de soja negociados na Bolsa de Chicago, referência mundial para a formação do preço do grão, foi de 12,6 milhões, o equivalente a quase 10 vezes a produção mundial de soja. Em 2010, o volume chegou a 36,9 milhões de contratos, ou 19 safras mundiais (CME GROUP, 2013).

A alta dos preços da soja estimulou o aumento da produção e das exportações brasileiras. De 2000 a 2010, o faturamento das vendas externas do complexo soja (grão, óleo e farelo) passou de US\$ 4,1 bilhões para US\$ 17 bilhões, consolidando uma participação entre 6% e 11% no faturamento total das exportações do país (MDIC, 2013). No mesmo período, o Valor Bruto de Produção (VPB) da soja em grão mais do que dobrou em termos reais² (IBGE, 2013), o que provocou aumento significativo no Produto Interno Bruto dos principais Estados produtores. Mato Grosso, maior produtor nacional de soja, viu seu PIB saltar 111%, passando de R\$ 28,2 bilhões em 2000 para R\$ 59,6 bilhões em 2010 (IPEADATA, 2013). A quantidade de soja produzida no mesmo período cresceu 114%.

Paralelamente, e só para citar dois dos vários setores beneficiados pelos efeitos de encadeamento da produção agrícola sobre a industrialização, a geração de empregos nos setores primário, secundário e terciário e a expansão da renda nacional, a produção brasileira

¹ Cálculos da autora, com base em dados do USDA (consumo de carnes) e do United States Census Bureau (população).

² Todos os valores são apresentados em termos reais e foram deflacionados pelo IPCA para R\$ de 2010.

de máquinas agrícolas saltou 150% entre 2000 e 2010 (ANFAVEA, 2012), enquanto as vendas de fertilizantes ao consumidor final subiram 49% (ANDA, 2013).

Diante de números tão significativos, este trabalho tem como objetivo analisar a evolução de alguns indicadores de crescimento e desenvolvimento econômico nos dez principais municípios produtores de soja do Brasil. O propósito é avaliar se o crescimento econômico proporcionado pela expansão da cultura da soja resultou, ao longo da década de 2000, em melhores condições de vida para a população que vive nas áreas produtoras. Os municípios analisados são os que mais produziram soja em 2010, de acordo com ranking do IBGE mostrado na tabela 1. Sete ficam em Mato Grosso, dois na Bahia e um em Goiás.

TABELA 1 – BRASIL – RANKING MUNICIPAL DE PRODUÇÃO DE SOJA EM 2010

	MUNICÍPIO E ESTADO	ÁREA COLHIDA (mil hectares)	PRODUÇÃO (mil toneladas)	PRODUTIVIDADE (kg/hectare)	VALOR DA PRODUÇÃO (milhões R\$)
1	Sorriso – MT	608	1814	2984	726
2	Sapezal – MT	378	1086	2870	488
3	Nova Mutum – MT	338	1039	3075	488
4	Campo Novo do Parecis –MT	329	1006	3056	469
5	Formosa do Rio Preto – BA	291	890	3060	472
6	Diamantino – MT	295	868	2939	391
7	Nova Ubitatã – MT	250	786	3150	314
8	Rio Verde – GO	265	769	2900	384
9	Lucas do Rio Verde – MT	236	757	3209	303
10	São Desidério – BA	242	739	3060	392

Fonte: IBGE, 2013.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O crescimento econômico tal como é conhecido hoje surgiu com a Revolução Industrial. E o termo revolução não poderia ser mais adequado. Estimativa de Madison citada por Snowdon e Vane (2005, p. 581) mostra que o crescimento médio da renda per capita mundial entre o ano 0 da Era Cristã e o ano 1820 D.C. foi de apenas 0,05% ao ano. A partir de 1820, quando a Revolução Industrial iniciada em meados do século anterior já havia se espalhado por alguns países, o crescimento econômico entrou em um ritmo sem precedentes, com o avanço da renda per capita mundial chegando à média de 1,21% ao ano entre 1820 e 1998.

A Revolução Industrial, porém, espalhou-se de forma desigual, o que resultou em grande aumento das disparidades econômicas entre os países e entre as diferentes regiões de um mesmo país. No Brasil, assim como aconteceu em vários países subdesenvolvidos e de capitalismo tardio, foi dispensada especial atenção, a partir de meados do século XX, a

planos de substituição de importações e industrialização intensiva, vista como única saída para o crescimento econômico, que levaria, por sua vez, ao desenvolvimento.

Essa postura foi reforçada, a partir do final da década de 1940, pelas propostas dos pensadores da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Eles defendiam que a América Latina deveria deixar para trás o papel desempenhado até então na divisão internacional do trabalho, que era o de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais. Se continuasse restrita a essa função, a América Latina ficaria relegada sempre à periferia do sistema econômico mundial, devido aos retornos decrescentes da produção agrícola e à deterioração dos termos de troca em relação aos produtos industrializados (PREBISCH, 1949).

Atribuir à agricultura papel secundário no crescimento econômico (quando não totalmente contrário a ele) não era exclusividade da Cepal. Em artigo publicado em 1959, o historiador econômico norte-americano Douglass C. North admite que a maioria dos economistas acreditava que a agricultura tinha uma contribuição menor, como variável dependente, no crescimento econômico. Ele defendia, porém, que a agricultura pode, sim, ser a indutora do crescimento, como aconteceu nos Estados Unidos no século XIX, quando o Meio-Oeste, o Pacífico Noroeste e a Califórnia, entre outras regiões, registraram importante expansão econômica iniciada com a exportação de commodities agrícolas (NORTH, 1959).

A exportação, aliás, é elemento-chave na abordagem do crescimento econômico regional desenvolvida por North na década de 1950, conhecida como Teoria da Base Exportadora. O conceito de “base” vem do planejamento urbano e da geografia, que dividiram as atividades econômicas das cidades em dois tipos: as *básicas*, que vendem seus produtos além de suas fronteiras (exportadoras, portanto), e as *não-básicas*, ligadas ao setor de mercado interno e que servem de apoio às atividades básicas. “A fonte de crescimento desta economia vai depender do desenvolvimento das atividades básicas que, por suas vendas, lhe possibilita a importação de bens e serviços não produzidos localmente e induz o crescimento das atividades não-básicas” (SCHWARTZMAN, 1973, p. 1).

De acordo com North, o sucesso da base de exportação é fator determinante do índice de crescimento das regiões. Sua importância é resultado do papel fundamental que exerce na determinação do nível de renda absoluta e per capita de uma região e, desse modo, na determinação da quantidade de atividades secundárias e terciárias voltadas ao mercado interno que irão se desenvolver (NORTH, 1955, p. 257). “A diversificação setorial para North é o resultado do sucesso das atividades de base e não o resultado do esgotamento do setor primário. Ou seja, a industrialização não garante que o desenvolvimento regional

continuará, uma vez que ela é, na verdade, o resultado do sucesso da base exportadora” (CRUZ et alli., 2011, p. 72).

Originalmente, a Teoria da Base Exportadora foi elaborada para explicar o crescimento econômico dos Estados Unidos, cuja trajetória não se encaixa no modelo europeu. North afirma que, nos Estados Unidos, o estágio inicial de agricultura de subsistência foi apenas uma condição de fronteira, superada logo que houve meios de transporte à disposição para levar os bens produzidos localmente para mercados situados a milhares de quilômetros de distância – sem se observar, portanto, o alargamento lento e gradual de mercados observado na Europa pré-industrial (NORTH, 1955).

Um exemplo utilizado por North para ilustrar essa diferença é o desenvolvimento do Pacífico Noroeste, uma região jovem, de povoamento recente, que se integrou muito rapidamente à dinâmica econômica de meados do século XIX por meio da exportação de commodities. A região nunca passou pelo estágio da agricultura de subsistência, e seus mercados estavam a milhares de quilômetros de distância desde o início. Com a chegada dos pioneiros à região, desenvolveu-se rapidamente a produção de trigo e a exploração de madeira, ambas voltadas à exportação para outros Estados norte-americanos e outros países.

“This brief account of the development of the Pacific Northwest bears no resemblance to the theory of regional economic growth. There was no gradual evolution out of a subsistence economy. Instead the whole development of the region from the beginning was dependent on its success in producing exportable commodities. Nor was the Pacific Northwest’s history exceptional. Furs and the products of mining were typically the early exportable commodities of western America” (NORTH, 1955, p. 247).

O conceito de “região jovem”, aliás, é fundamental na Teoria da Base Exportadora. Para o autor, novas regiões foram abertas e desenvolvidas, tipicamente, porque tinham grande vantagem na dotação de recursos naturais. Isso lhes permitia produzir e exportar commodities de forma competitiva mesmo havendo desvantagens de mão-de-obra e de custos de transporte em relação a outras regiões.

Por isso, e apesar das muitas diferenças existentes entre o crescimento e o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos no século XIX e o do Brasil no século XX e XXI, a Teoria da Base Exportadora pode ser aplicada a regiões brasileiras de povoamento e crescimento recente, como é o caso da maioria dos municípios produtores de soja analisados neste trabalho, vários deles fundados há menos de 30 anos. Em Mato Grosso, por exemplo, a questão do transporte – resolvida com relativa rapidez nas áreas jovens norte-americanas do século XIX – é um desafio até hoje. O Estado, contudo, conseguiu consolidar-se como grande produtor e exportador de soja devido a vantagens comparativas, como a grande quantidade de

terra disponível para a expansão da agricultura intensiva e mecanizada, e, paralelamente, ao desenvolvimento de sementes e insumos químicos adaptados ao Cerrado.

A melhora da infraestrutura de transporte do Centro-Oeste que, espera-se, ocorrerá nos próximos anos, será decisiva na futura ampliação de sua base de exportação, que poderá incluir outros produtos agrícolas (o milho já caminha nessa direção) e também produtos industriais, como aconteceu nos Estados Unidos. “Many new regions in America developed from the beginning around one or two exportable commodities and only widened their export base *after* transport costs had been reduced” (NORTH, 1955, p. 247).

Em 1959, após muitas críticas à suposta supersimplificação contida na Teoria da Base Exportadora, que colocaria as exportações como causa principal da determinação da renda de uma região, ao invés de tratá-la apenas como um de seus aspectos (TIEBOUT, 1956), North relativizou a importância das vendas externas no crescimento econômico, classificando-as como condição importante e necessária, mas não suficiente, por si só, para garanti-lo.

Em seu artigo *Agriculture in regional economic growth*, ele admite que as exportações são importantes, isso sim, por moldarem e condicionarem o desenvolvimento posterior de uma região, e desde que essa região seja “jovem”, ou seja, que sua economia ainda não esteja tão diversificada a ponto de tornar a base exportadora menos significativa (SCHWARTZMAN, 1973, p. 41). Este parece ser o caso da maioria dos municípios analisados neste trabalho, que surgiram em torno da cultura da soja em Estados que foram responsáveis, em 2010, por 43% de toda a exportação brasileira do grão (MDIC, 2013).

Outro aspecto importante levantado por North em seu trabalho de 1959 é a limitação dos efeitos positivos da atividade agrícola exportadora quando ela é baseada em grandes propriedades e gera concentração de renda. A limitação ocorreria porque não haveria estímulo ao desenvolvimento de atividades secundárias e terciárias, já que a concentração levaria à produção apenas de bens de subsistência para os mais pobres, enquanto os mais ricos recorreriam a produtos de luxo importados de outras regiões ou países.

Assim, “a produção de manufaturados ficaria restrita e a região teria seu crescimento abortado mais cedo ou mais tarde, quando retornos decrescentes surgissem na atividade principal” (CRUZ et alli., 2011, p. 72). Constrói-se, dessa forma, uma economia pouco dinâmica, com baixo investimento em educação e pesquisa não ligadas à base exportadora. Esta acaba se perpetuando como atividade econômica principal até entrar em decadência, devido, por exemplo, ao surgimento de uma região mais competitiva.

North lança mão, novamente, da história dos Estados Unidos para reforçar seu argumento. Desta vez, ele contrapõe o crescimento do Meio-Oeste, que ainda estava sendo

desbravado e povoado no século XIX, à economia do Sul do país, já consolidada desde o período colonial. No então inóspito Meio-Oeste, que começou produzindo trigo, milho e carnes com base no trabalho familiar e na pequena propriedade, a necessidade de construir toda a infraestrutura que lhe daria maior competitividade acabou contribuindo para desenvolver várias atividades complementares, o que deu mais dinamismo à sua economia.

No Sul tradicional e rico, que produzia algodão em grandes “*plantations*” movidas a trabalho escravo, a vantagem comparativa de exportar algodão era tão grande que havia lucro mesmo quando o preço estava baixo. A proximidade do Golfo do México, que favorecia as exportações da fibra, também facilitava a importação de produtos de consumo (inclusive alimentos), de modo que era mais vantajoso importar do que produzir. Por isso, não havia investimento na melhora da produção de algodão e nem na diversificação da economia daquela região, que com o tempo entrou em declínio (NORTH, 1959, p. 948).

Partindo da Teoria da Base Exportadora delineada por Douglass C. North em 1955 e 1956 e em sua revisão e complementação feitas em 1959, este trabalho procura, nas seções a seguir, mapear a evolução da produção de soja entre 2000 e 2010 nos dez maiores municípios produtores do Brasil e analisar alguns de seus indicadores de crescimento e desenvolvimento econômico. Nesse processo, espera-se identificar alguns dos elementos que, segundo North, devem surgir como resultado de uma indústria agrícola exportadora bem-sucedida: especialização e divisão do trabalho com o alargamento do mercado regional; crescimento de estruturas e indústrias subsidiárias para produzir e exportar a commodity em questão de forma eficiente; desenvolvimento de indústrias locais para atender aos consumidores locais e que, com o tempo, podem até ajudar a expandir a base exportadora, tornando-se elas próprias exportadoras de outros produtos; crescimento de áreas urbanas em reflexo dos fatores citados anteriormente; e aumento do investimento em educação e pesquisa para melhorar o potencial da região (NORTH, 1959, p. 949-951).

3 METODOLOGIA

As informações usadas como ponto de partida para este trabalho – ranking dos dez principais produtores de soja do Brasil em 2010 – foram compiladas dos levantamentos de Produção Agrícola Municipal do IBGE. Utilizou-se como critério para a classificação dos municípios a quantidade produzida em toneladas, conforme a tabela 1 mostrada na introdução deste artigo. O segundo passo foi obter mais informações, também no IBGE, que pudessem complementar os dados de produção de soja em 2000 e em 2010: extensão territorial do

município, área colhida de soja como percentual daquela extensão e participação da população rural no número total de habitantes.

Para a análise do crescimento econômico no período, foram escolhidos como indicadores o PIB, o tamanho da população, o PIB per capita e dados de emprego e natalidade, todos levantados pelo IBGE. Os valores de PIB e PIB per capita, assim como o valor de produção e o preço médio anual da soja, foram deflacionados para R\$ de 2010 pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), também apurado pelo IBGE.

Para a análise do desenvolvimento econômico, a ideia original era utilizar como dado principal o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios. Mas, como o IDH municipal de 2010 só seria publicado no final do primeiro semestre de 2013, o que poderia retardar o andamento do trabalho, optou-se pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

Além do índice agregado, utilizaram-se também os três sub-índices que o compõem: educação; saúde; e emprego e renda. Para complementar os números da FIRJAN foram coletados, ainda, dados do IBGE de alfabetização e ensino superior e de instalações sanitárias e elétricas nos domicílios. Neste caso, foi levado em conta o total da população e o total de domicílios, e não apenas os rurais. Essa opção deveu-se à baixa participação da população rural na população total da maioria dos municípios analisados – o que, aliás, reforça a ideia de que a agricultura empresarial intensiva estimula o emprego em outros setores da economia (e a consequente migração para as áreas urbanas dos municípios), como já observado por Douglass North nos Estados Unidos da década de 1950 (NORTH, 1955, p. 252, 253).

A opção pelos anos de 2000 e 2010 foi feita devido à maior disponibilidade de dados proporcionada pelos censos populacionais do IBGE. A mudança de metodologia na apuração do PIB feita a partir de 1996 também reforçou a escolha de 2000 como o ano inicial. De um modo geral, a comparação entre os dados de 2000 e 2010 foi feita observando-se a variação percentual entre eles (mesmo quando o dado original já era um percentual, para evitar eventuais distorções entre municípios mais e menos desenvolvidos). As exceções ficaram por conta dos dados de produção e renda de soja, que foram analisados ao longo de todo o período entre 2000 e 2010. Essa opção pela análise do conjunto, e não apenas dos dois anos que servem de base ao trabalho, foi feita para evitar possíveis distorções provocadas por quebras de safra em anos específicos.

Como base de comparação para avaliar os dados municipais tanto na análise das informações específicas sobre soja como na abordagem dos indicadores de crescimento e desenvolvimento econômico, foram utilizados os dados agregados do Brasil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 REGIÕES JOVENS

Dos dez municípios que ocupavam o topo do ranking da produção de soja do Brasil em 2010, seis (todos em Mato Grosso) tiveram o início de seu povoamento nas décadas de 1970 ou 1980, sendo estabelecidos como distritos de outros municípios e então elevados à condição de municípios nas décadas de 1980 ou 1990. Estes seis municípios mato-grossenses (Sorriso, Sapezal, Nova Mutum, Campo Novo do Parecis, Nova Ubitatã e Lucas do Rio Verde) surgiram como pólos produtores de soja voltados à exportação (seja para outros países ou para outros municípios/Estados brasileiros, seja na forma de grão ou dos subprodutos óleo e farelo) e podem ser classificados como “jovens”, encaixando-se na definição usada por Douglass North na Teoria da Base Exportadora.

Em Mato Grosso, a única exceção foi Diamantino, cujo povoamento teve início ainda no século XVIII, devido à mineração, e onde a elevação a município deu-se em 1918. Nos dois municípios baianos – Formosa do Rio Preto e São Desidério –, o povoamento foi iniciado no século XVII, enquanto a elevação a município ocorreu em 1963. Em Rio Verde (GO), por fim, tanto o começo do povoamento como a transformação em município aconteceram no século XIX. Esses quatro municípios, que passaram por outros ciclos econômicos antes de se tornarem grandes produtores de soja, não se classificam como “jovens”, e isso tem implicações na análise de seu crescimento e desenvolvimento.

TABELA 2 – POVOAMENTO E FUNDAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ANALISADOS

	MUNICÍPIO E ESTADO	INÍCIO DO POVOAMENTO	DISTRITO DE OUTRO MUNICÍPIO	ELEVAÇÃO A MUNICÍPIO
1	Sorriso – MT	Final anos 1970	1980	1997
2	Sapezal – MT	Final anos 1970	1987	1994
3	Nova Mutum – MT	Final anos 1970	1981	1989
4	Campo Novo Parecis – MT	Final anos 1970	1981	1989
5	Formosa do Rio Preto – BA	1628	1920	1963
6	Diamantino – MT	1728	1811	1918
7	Nova Ubitatã – MT	Final anos 1970	–	1995
8	Rio Verde – GO	1840	1848	1882
9	Lucas do Rio Verde – MT	Final anos 1970	1985	1980
10	São Desidério – BA	Século XVII	1911	1963

Fonte: IBGE, 2013.

4.2 PRODUÇÃO DE SOJA

O município que mais aumentou a área de soja em relação a 2000 foi o baiano Formosa do Rio Preto (+302,2%). Em seguida aparece o mato-grossense Nova Ubitatã

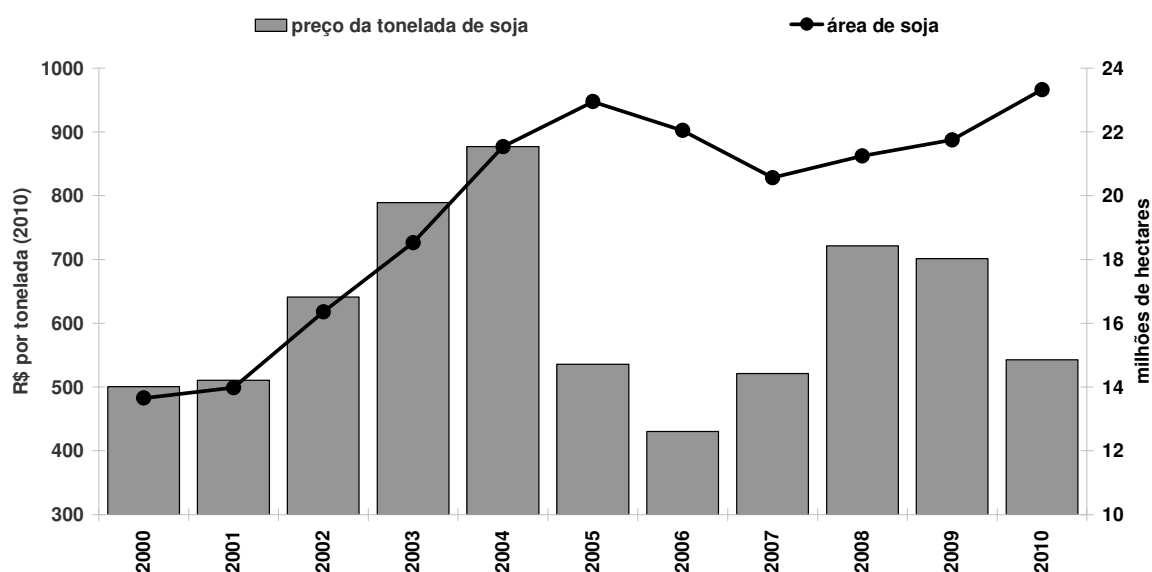
(+192,9%). Já os municípios onde a área menos cresceu foram o mato-grossense Campo Novo do Parecis (+13,1%) e o baiano São Desidério (+32,7%). Em relação à extensão territorial, aqueles onde a soja ocupava mais espaço em 2010 eram os mato-grossenses Sorriso (608 mil hectares, ou 65% do território) e Lucas do Rio Verde (236 mil hectares, ou 64%). Em 2000, essas posições já eram ocupadas pelos mesmos municípios, mas em ordem inversa e proporção menor (tabela 3). Já os municípios onde as lavouras de soja ocupavam a menor porção do território tanto em 2000 como em 2010 eram os baianos Formosa do Rio Preto (4% e 18%, respectivamente) e São Desidério (12% e 16%).

A produtividade, tomada isoladamente em 2000 e 2010, teve aumento médio ponderado pela área de 2,2% nos dez municípios – bem abaixo dos 22,6% da média brasileira. Os maiores avanços ocorreram na Bahia (29,9% em São Desidério e 21,4% em Formosa do Rio Preto) e as quedas mais expressivas, em Mato Grosso (-10% em Sorriso e Sapezal). Para neutralizar o efeito de possíveis quebras de safra nos anos analisados isoladamente, calculou-se também a evolução média da produtividade ao longo da década de 2000. No Brasil, ela foi de 2,6% ao ano. A Bahia continuou na frente entre os municípios, com 4,7% em São Desidério e 4,1% em Formosa do Rio Preto. Da mesma forma, as maiores quedas ocorreram em Sorriso (MT) e Sapezal (MT), com -1,0% e -0,5%, respectivamente³.

O preço recebido pelos produtores teve ligeira alta de 8,4%, em termos reais, passando de R\$ 501 por tonelada em 2000 para R\$ 543 em 2010 na média brasileira. Ao longo da década, o avanço médio foi de 3,7% ao ano. O aumento, claro, não foi constante, e os altos e baixos dos preços (chegaram a R\$ 877 em 2004 e R\$ 430 em 2006) foram acompanhados por avanços e recuos na área destinada ao grão, muito sensível à variação das cotações (figura 1).

³ O recuo da produtividade em Mato Grosso pode estar associado à ocorrência da doença fúngica ferrugem asiática e à adoção de variedades de soja de ciclo mais curto, como forma de combate à ferrugem e de antecipação da safrinha de milho. A análise dessas causas, porém, foge do escopo deste trabalho.

FIGURA 1 – BRASIL – PREÇO MÉDIO E ÁREA DE SOJA



Fonte: Cálculos e elaboração da autora, com dados do IBGE.

O preço mais alto em 2010 foi registrado na Bahia: R\$ 530 por tonelada em Formosa do Rio Preto e em São Desidério. Os mais baixos ocorreram em Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Ubiratã (R\$ 400), todos no médio-norte de Mato Grosso, região que costuma ter os preços mais baixos do país devido à maior distância em relação aos portos exportadores⁴. O crescimento médio anual apurado ao longo da década de 2000 foi maior em Rio Verde (GO) e Diamantino (MT), com 7,3% e 6,2%. O menor incremento, de 3,0% ao ano, ocorreu nos baianos Formosa do Rio Preto e São Desidério, que em 2000 já tinham os preços mais altos.

É interessante observar, por fim, a participação da população rural no total da população, que no Brasil caiu de 18,8% em 2000 para 15,6% em 2010. Entre os municípios analisados, houve aumento da população rural em apenas dois: ela passou de 62,5% para 68,8% no baiano São Desidério e de 11,5% para 12,3% no mato-grossense Sorriso. Os que possuíam maior proporção de população rural eram São Desidério (68,8%) e o também baiano Formosa do Rio Preto (39,4%). As maiores quedas foram em Lucas do Rio Verde (MT) e Campo Novo do Parecis (MT), que também eram os municípios com menor

⁴ A formação do preço da soja recebido pelos produtores brasileiros é feito a partir de um cálculo chamado paridade de exportação, mesmo quando o grão é destinado ao mercado doméstico. Ele parte do preço na Bolsa de Chicago, que é acrescido de um prêmio ou desconto de exportação (depende da época do ano e da intensidade da demanda). Da soma desses dois valores são subtraídos, então, os custos logísticos para levar a soja da região produtora ao porto exportador de referência. Por isso, quanto mais distante do porto a região onde a soja foi plantada, menor o preço recebido pelo produtor.

proporção de população rural (6,8% e 7,2%, respectivamente). A possível influência desses dados no crescimento e no desenvolvimento econômico será analisada nas seções a seguir.

TABELA 3 – INDICADORES DE PRODUÇÃO DE SOJA

SOJA	SORRISO (MT)			SAPEZAL (MT)		
	2000	2010	variação	2000	2010	variação
Área colhida (mil hectares)	360	608	68.9%	210	378	80.5%
Área colhida como % do território	39%	65%	68.9%	15%	28%	80.5%
Produtividade (kg por hectare)	3300	2984	-9.6%	3180	2870	-9.7%
Produção (mil toneladas)	1188	1814	52.7%	666	1086	62.9%
Valor Bruto de Produção (milhões de R\$)	528	726	37.5%	280	488	74.7%
Preço médio (R\$ por tonelada)	444	400	-10.0%	420	450	7.3%
População rural como % do total	11.5%	12.3%	7.1%	30.2%	16.4%	-45.6%
SOJA	NOVA MUTUM (MT)			CAMPO N. PARECIS (MT)		
	2000	2010	variação	2000	2010	variação
Área colhida (mil hectares)	175	338	92.8%	291	329	13.1%
Área colhida como % do território	18%	35%	92.8%	31%	35%	13.1%
Produtividade (kg por hectare)	2811	3075	9.4%	2812	3056	8.7%
Produção (mil toneladas)	493	1039	110.9%	818	1006	22.9%
Valor Bruto de Produção (milhões de R\$)	226	488	115.8%	388	469	20.9%
Preço médio (R\$ por tonelada)	459	470	2.3%	475	467	-1.7%
População rural como % do total	30.0%	18.3%	-39.0%	16.6%	7.2%	-56.4%
SOJA	FORMOSA R. PRETO (BA)			DIAMANTINO (MT)		
	2000	2010	variação	2000	2010	variação
Área colhida (mil hectares)	72	291	302.2%	200	295	47.7%
Área colhida como % do território	4%	18%	302.2%	24%	36%	47.7%
Produtividade (kg por hectare)	2520	3060	21.4%	2880	2939	2.1%
Produção (mil toneladas)	182	890	388.4%	576	868	50.7%
Valor Bruto de Produção (milhões de R\$)	93	472	405.0%	265	391	47.6%
Preço médio (R\$ por tonelada)	513	530	3.4%	459	450	-2.0%
População rural como % do total	48.7%	39.4%	-19.1%	23.0%	21.9%	-4.7%
SOJA	NOVA UBIRATÃ (MT)			RIO VERDE (GO)		
	2000	2010	variação	2000	2010	variação
Área colhida (mil hectares)	85	250	192.9%	175	265	51.4%
Área colhida como % do território	7%	20%	192.9%	21%	32%	51.4%
Produtividade (kg por hectare)	2957	3150	6.5%	2900	2900	0.0%
Produção (mil toneladas)	252	786	212.1%	508	769	51.4%
Valor Bruto de Produção (milhões de R\$)	112	314	181.0%	247	384	55.8%
Preço médio (R\$ por tonelada)	444	400	-10.0%	486	500	2.9%
População rural como % do total	71.3%	35.7%	-49.9%	9.0%	7.3%	-18.8%
SOJA	LUCAS RIO VERDE (MT)			SÃO DESIDÉRIO (BA)		
	2000	2010	variação	2000	2010	variação
Área colhida (mil hectares)	160	236	47.4%	182	242	32.7%
Área colhida como % do território	44%	64%	47.4%	12%	16%	32.7%
Produtividade (kg por hectare)	3300	3209	-2.8%	2356	3060	29.9%
Produção (mil toneladas)	528	757	43.3%	429	739	72.3%
Valor Bruto de Produção (milhões de R\$)	243	303	24.8%	220	392	78.2%
Preço médio (R\$ por tonelada)	459	400	-12.9%	513	530	3.4%
População rural como % do total	16.4%	6.8%	-58.5%	62.5%	68.8%	10.1%

Continuação

SOJA	BRASIL		
	2000	2010	variação
Área colhida (mil hectares)	13657	23327	70.8%
Área colhida como % do território	0.002%	0.003%	70.8%
Produtividade (kg por hectare)	2403	2947	22.6%
Produção (mil toneladas)	32821	68756	109.5%
Valor Bruto de Produção (milhões de R\$)	16437	37333	127.1%
Preço médio (R\$ por tonelada)	501	543	8.4%
População rural como % do total	18.8%	15.6%	-16.9%

Fonte: Cálculos e elaboração da autora, a partir de dados do IBGE. Os valores monetários estão em R\$ de 2010.

4.3 CRESCIMENTO ECONÔMICO E POPULAÇÃO

Dos dez municípios, apenas dois (os mato-grossenses Diamantino e Campo Novo do Parecis) tiveram crescimento do PIB inferior ao avanço de 68,4% registrado pelo Brasil em 2010, na comparação com 2000, em termos reais. Os municípios de maior crescimento foram o mato-grossense Nova Mutum (+245,8%) e o baiano Formosa do Rio Preto (+209,8%).

O PIB per capita, por outro lado, teve crescimento maior que o do Brasil (+49,9%) somente em dois municípios – Formosa do Rio Preto (+151,5%) e Nova Mutum (+61,9%), justamente aqueles que registraram o maior avanço do PIB. O melhor desempenho de Formosa pode ter relação com a grande ampliação do valor bruto de produção da soja (405%, a maior do grupo) e com o aumento relativamente pequeno da população (23,2%).

Nova Mutum, apesar do forte crescimento populacional (113,6%), manteve bom desempenho no PIB per capita via aumento do PIB (o mais alto do grupo). Essa evolução do PIB, porém, parece estar mais ligada ao desenvolvimento de outras atividades do que ao crescimento do valor bruto de produção da soja, que, apesar de substancial (115,8%), foi bem inferior aos 405% de Formosa do Rio Preto. Vale destacar que o forte crescimento da economia de Formosa do Rio Preto fez com que ele deixasse de ser, em 2010, o único município com PIB per capita inferior à média brasileira, posto que ocupava em 2000.

Queda no PIB per capita em relação a 2000 foi registrada apenas em Sapezal (MT). Este município, porém, é o que possui o PIB per capita mais alto do grupo e o segundo maior aumento populacional no período (130%). Por isso, o recuo de 9,3% no PIB per capita parece ser mais uma consolidação de um nível de renda alto – ele é mais de três vezes superior à média brasileira – do que indicar propriamente uma tendência de queda.

Chama a atenção, aliás, o crescimento vigoroso da população na maioria dos municípios pesquisados. Enquanto o Brasil registrou aumento de 12,3% no número de

habitantes entre 2000 e 2010, os dez municípios tiveram crescimento médio de 71,5%. O menor incremento, de 9,5%, ocorreu em Diamantino (MT), enquanto o maior, de 135,8%, foi em Lucas do Rio Verde (MT). Como houve queda de natalidade⁵ em nove dos dez municípios, o crescimento do número de habitantes pode ser interpretado como um indicador de sua capacidade de atração de pessoas vindas de fora, provavelmente em busca de trabalho.

Os dados municipais de trabalho, porém, não indicam, de um modo geral, que os produtores de soja tiveram melhor desempenho que o Brasil. Na média brasileira, o número de pessoas empregadas cresceu 6,4% entre 2000 e 2010 – mais que os 5,9% da média dos dez municípios analisados. Merece destaque, contudo, o crescimento de 20,3% e 20,2%, respectivamente, em Nova Mutum (MT) e Formosa do Rio Preto (BA), os mesmos municípios que encabeçam a lista de crescimento do PIB e do PIB per capita. Eles também lideram a queda no número de pessoas sem rendimentos, com reduções de 36,7% e 26,2%, na mesma ordem. No outro extremo, aparecem Diamantino (MT), Nova Ubiratã (MT) e São Desidério (BA), onde o número de pessoas empregadas caiu no período.

Para tentar estabelecer algumas relações entre o avanço da soja e o crescimento econômico que fossem além dos aspectos já citados acima, calculou-se a participação do Valor Bruto de Produção da soja (VPB) no PIB dos municípios. Com exceção de Formosa do Rio Preto (BA), onde o crescimento da área cultivada com soja foi muito grande, houve queda de participação do VPB da soja em todos os outros municípios⁶.

Embora a produção do grão ainda seja muito importante para a economia desses municípios, essa sua perda de participação em um PIB que continua crescendo pode ser um indicador de maior diversificação e dinamismo de suas atividades econômicas. Isso confirmaria que a soja está se consolidando como uma indústria agrícola exportadora bem-sucedida, conforme caracterização proposta por North em 1959, cujos elementos principais foram citados na fundamentação teórica deste artigo e serão retomados nas conclusões.

Outro elemento das teses de North que parece se confirmar na análise aqui proposta é que os municípios que não podem ser considerados “regiões jovens” são os que aumentaram ou reduziram muito pouco a dependência de sua economia em relação à produção de soja. Além da baiana Formosa do Rio Preto, que começou a ser povoada no século XVII e cuja participação do VPB da soja no PIB aumentou entre 2000 e 2010, os municípios de

⁵ Os dados de fertilidade e natalidade por município começaram a ser levantados pelo IBGE somente em 2010. Por isso, e ainda que o envelhecimento da população possa comprometer parcialmente a análise, optou-se pelos números de população residente com menos de 1 ano de idade, já que esta categoria tem dados municipais para 2000 e 2010.

⁶ Foi descartado dessa análise o município de Nova Ubiratã (MT), devido a um aparente erro de cálculo de seu PIB em 2010, indicado pelo IBGE como inferior ao Valor Bruto de Produção da Soja, o que é impossível.

Diamantino (MT) e São Desidério (BA), cujo povoamento se deu nos séculos XVIII e XVII, tiveram reduções muito pequenas na importância da soja em sua economia.

Por outro lado, Rio Verde (GO), o outro município que não pode ser considerado “jovem” (foi povoado a partir de meados do século XIX), teve redução tão expressiva como em municípios “jovens” de Mato Grosso. Uma das explicações pode ser o fato de Rio Verde ter a maior economia entre os dez municípios. Seu PIB, de R\$ 4,2 bilhões em 2010, representa o dobro do segundo colocado, Sorriso (MT). Mesmo em 2000 a participação do VPB da soja no PIB de Rio Verde já era substancialmente menor que a observada nos demais municípios, o que é um forte sinalizador de uma economia mais diversificada.

TABELA 4 – INDICADORES DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E POPULAÇÃO

CRESC. ECONÔMICO E POPULAÇÃO	SORRISO (MT)			SAPEZAL (MT)		
	2000	2010	variação	2000	2010	Variação
PIB (milhões R\$)	1012	2067	104.3%	583	1215	108.6%
População (habitantes)	35605	66521	86.8%	7866	18094	130.0%
PIB per capita (R\$)	28421	31082	9.4%	74057	67151	-9.3%
População menos de 1 ano	2.5%	1.9%	-23.9%	2.7%	2.1%	-23.9%
VPB da soja/PIB	52.1%	35.1%	-32.7%	48.0%	40.2%	-16.2%
Pessoas empregadas*	69.9%	74.8%	7.0%	77.4%	82.0%	5.9%
Pessoas sem rendimentos*	37.1%	31.4%	-15.3%	33.3%	32.7%	-1.6%
CRESC. ECONÔMICO E POPULAÇÃO	NOVA MUTUM (MT)			CAMPO N. PARECIS (MT)		
	2000	2010	variação	2000	2010	Variação
PIB (milhões R\$)	412	1426	245.8%	687	1146	66.9%
População (habitantes)	14818	31649	113.6%	17638	27577	56.3%
PIB per capita (R\$)	27832	45056	61.9%	38938	41560	6.7%
População menos de 1 ano	2.1%	1.7%	-20.1%	2.4%	2.0%	-17.6%
VPB da soja/PIB	54.9%	34.3%	-37.6%	56.6%	41.0%	-27.6%
Pessoas empregadas*	66.9%	80.4%	20.2%	78.0%	81.0%	3.8%
Pessoas sem rendimentos*	40.2%	25.5%	-36.7%	34.3%	31.6%	-7.9%
CRESC. ECONÔMICO E POPULAÇÃO	FORMOSA R. PRETO (BA)			DIAMANTINO (MT)		
	2000	2010	variação	2000	2010	Variação
PIB (milhões R\$)	165	511	209.8%	473	731	54.5%
População (habitantes)	18288	22528	23.2%	18580	20341	9.5%
PIB per capita (R\$)	9014	22668	151.5%	25445	35919	41.2%
População menos de 1 ano	1.8%	1.8%	0.6%	1.5%	1.5%	-2.0%
VPB da soja/PIB	56.7%	92.4%	63.0%	56.0%	53.5%	-4.5%
Pessoas empregadas*	51.1%	61.5%	20.3%	69.4%	66.1%	-4.7%
Pessoas sem rendimentos*	62.6%	46.2%	-26.2%	46.5%	31.6%	-32.1%
CRESC. ECONÔMICO E POPULAÇÃO	NOVA UBIRATÃ (MT)			RIO VERDE (GO)		
	2000	2010	variação	2000	2010	Variação
PIB (milhões R\$)	168	307	83.3%	1875	4161	121.9%
População (habitantes)	5654	9218	63.0%	116552	176424	51.4%
PIB per capita (R\$)	29634	33313	12.4%	16084	23582	46.6%
População menos de 1 ano	2.5%	1.8%	-29.9%	1.8%	1.7%	-7.3%
VPB da soja/PIB	66.8%	102.4%**	53.3%	13.2%	9.2%	-29.8%

Continuação

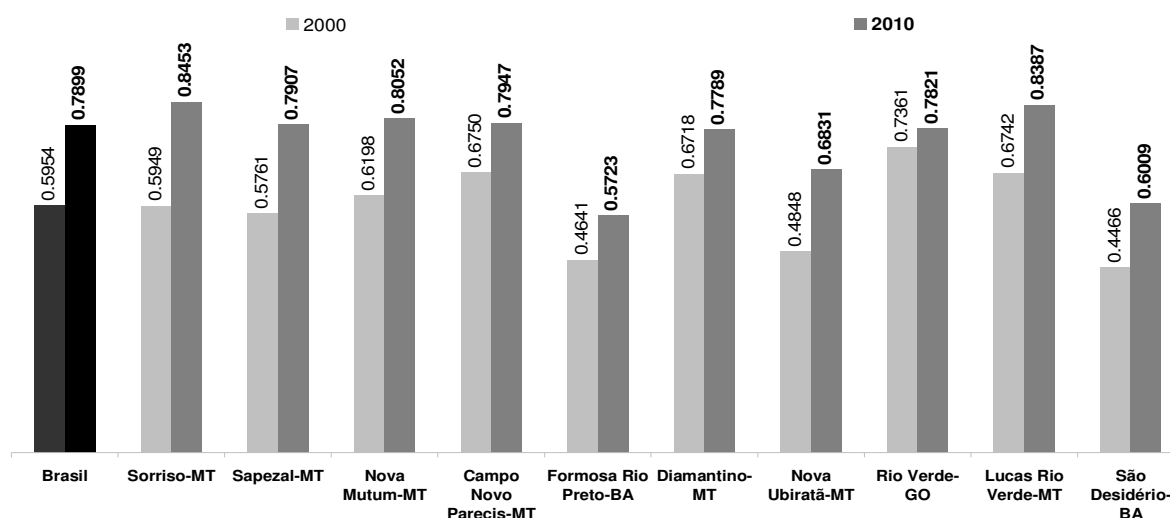
CRESC. ECONÔMICO E POPULAÇÃO	NOVA UBIRATÃ (MT)			RIO VERDE (GO)		
	2000	2010	variação	2000	2010	variação
PIB (milhões R\$)	168	307	83.3%	1875	4161	121.9%
População (habitantes)	5654	9218	63.0%	116552	176424	51.4%
PIB per capita (R\$)	29634	33313	12.4%	16084	23582	46.6%
População menos de 1 ano	2.5%	1.8%	-29.9%	1.8%	1.7%	-7.3%
VPB da soja/PIB	66.8%	102.4%**	53.3%	13.2%	9.2%	-29.8%
Pessoas empregadas*	74.6%	71.7%	-3.8%	71.9%	75.3%	4.7%
Pessoas sem rendimentos*	42.3%	37.9%	-10.5%	37.0%	30.3%	-18.1%
CRESC. ECONÔMICO E POPULAÇÃO	LUCAS RIO VERDE (MT)			SÃO DESIDÉRIO (BA)		
	2000	2010	variação	2000	2010	variação
PIB (milhões R\$)	570	1652	189.8%	447	854	90.9%
População (habitantes)	19316	45556	135.8%	19006	27659	45.5%
PIB per capita (R\$)	29514	36261	22.9%	23545	30878	31.1%
População menos de 1 ano	2.1%	1.8%	-14.3%	2.2%	2.0%	-11.0%
VPB da soja/PIB	42.5%	18.3%	-56.9%	49.1%	45.9%	-6.6%
Pessoas empregadas*	72.4%	78.3%	8.2%	62.6%	61.1%	-2.4%
Pessoas sem rendimentos*	35.2%	28.8%	-18.4%	53.5%	46.2%	-13.7%
CRESC. ECONÔMICO E POPULAÇÃO	BRASIL					
	2000	2010	variação			
PIB (milhões R\$)	2239013	3770085	68.4%			
População (habitantes)	169872856	190755799	12.3%			
PIB per capita (R\$)	13181	19764	49.9%			
População menos de 1 ano	1.9%	1.4%	-24.7%			
VPB da soja/PIB	0.7%	1.0%	34.9%			
Pessoas empregadas*	66.6%	70.8%	6.4%			
Pessoas sem rendimentos*	42.2%	32.8%	-22.4%			

Fonte: Cálculos e elaboração da autora, com dados do IBGE. Todos os valores monetários estão em R\$ de 2010. *10 anos de idade ou mais. **Aparentemente, houve erro na apuração do PIB feita pelo IBGE.

4.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Será que o crescimento do PIB per capita dos municípios analisados, cuja média passou de R\$ 26,4 mil em 2000 para R\$ 32,6 mil em 2010 (+23,7%), foi acompanhado por melhora nas condições de vida da população? O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), aliado a indicadores do IBGE, oferece algumas respostas. Em 2000, o IFDM de cinco dos dez municípios era inferior ao brasileiro: os baianos São Desidério e Formosa do Rio Preto e os mato-grossenses Nova Ubiratã, Sapezal e Sorriso. Em 2010, Sorriso e Sapezal superaram o índice brasileiro, com o primeiro assumindo o posto de melhor IFDM do grupo. Mas Nova Ubiratã, Formosa do Rio Preto e São Desidério mantiveram-se abaixo. Rio Verde (GO), que tinha o melhor IFDM em 2000, não conseguiu acompanhar o avanço do Brasil e ficou atrás em 2010. O mesmo aconteceu com Diamantino (MT).

FIGURA 2 – ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL



Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados da FIRJAN. Classificação do índice: alto desenvolvimento acima de 0,8 ponto; desenvolvimento moderado entre 0,6 e 0,8 ponto; desenvolvimento regular entre 0,4 e 0,6 ponto; baixo desenvolvimento inferior a 0,4 ponto.

Em 2000, nenhum município tinha índice de alto desenvolvimento (acima de 0,8 ponto). Em 2010, três haviam alcançado essa categoria: os mato-grossenses Sorriso, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde. Em 2000, cinco municípios tinham desenvolvimento apenas regular (entre 0,4 e 0,6). Em 2010, somente Formosa do Rio Preto continuava na categoria.

Rio Verde (GO) era o município do grupo mais bem colocado no ranking nacional em 2000, quando ocupava a 77ª posição (de um total de 5564 municípios). Em 2010, caiu para o posto de número 475, abrindo espaço para que Sorriso (MT), na 144ª colocação, assumisse a dianteira, num salto de 1614 posições em dez anos. Mas quem mais evoluiu foi Sapezal (MT), que subiu 1632 posições, chegando à 397ª colocação em 2010.

Chama a atenção a diferença entre a posição de número 77 do primeiro colocado do grupo em 2000 e a de 144 em 2010. Outros municípios, não necessariamente grandes produtores de soja, teriam registrado melhores índices de desenvolvimento? Ou o problema estaria em Rio Verde (GO), que, como observado anteriormente, tem a economia mais diversificada e menos dependente da soja no grupo analisado?

Difícil responder sem ampliar a abrangência deste trabalho, pois seria necessário analisar vários outros indicadores, com ênfase no desempenho de outros setores da economia. Mas, apenas a título de curiosidade, quem assumiu a 77ª posição em 2010 foi Ipatinga (MG), que não produz soja e onde 58% do PIB vem da indústria (contra 34% em Rio Verde e 20% em Sorriso, segundo o IBGE). Em 2000, o município mineiro estava na 1822ª posição.

Entre os dez grandes produtores de soja, merece destaque o baiano Formosa do Rio Preto. Mesmo tendo registrado o maior crescimento na área cultivada, no valor bruto de produção e no PIB per capita, o município ainda deixa muito a desejar quando o assunto é desenvolvimento econômico. Penúltimo colocado do grupo no ranking nacional do IFDM de 2000, quando ocupava a posição de número 3604, ele caiu para o último posto em 2010 (número 4236), sendo o único a não superar a categoria de desenvolvimento regular.

Voltando à teoria proposta por Douglass C. North, haveria duas explicações possíveis para a pouca convergência entre o crescimento da soja e da economia de Formosa do Rio Preto e seus indicadores de desenvolvimento. A primeira é o fato de este município, que não é uma “região jovem” no sentido estabelecido por North, trazer consigo uma longa história pregressa de indicadores ruins, que ainda não puderam ser superados pelo avanço da soja, cujo cultivo no oeste da Bahia é mais recente que em Mato Grosso e Goiás. Em 2000, de fato, Formosa do Rio Preto (BA) já tinha números inferiores à média brasileira na maioria dos indicadores analisados.

Já a segunda explicação, a da maior concentração de renda e terra, não se confirma. Embora o Índice de Gini da Bahia⁷ (0,792) indique maior concentração de renda que em Mato Grosso (0,686), ele é muito semelhante ao de Goiás (0,793) e inferior ao do Brasil (0,859). Além disso, apenas 3,5% dos estabelecimentos agropecuários de Formosa do Rio Preto ocupados por lavouras temporárias tinham área superior a 2,5 mil hectares, bem abaixo dos mato-grossenses Sapezal (52,8%) e Campo Novo do Parecis (20,1%), que encabeçam a lista. Na média brasileira, o percentual é de 0,1% (IBGE, 2013).

Nos três sub-índices que compõem o IFDM, Lucas do Rio Verde (MT) lidera o ranking de 2010 em educação e saúde, enquanto Sorriso (MT) tem o melhor índice de emprego e renda. No outro extremo, o pior desempenho é dos baianos Formosa do Rio Preto (educação e emprego e renda) e São Desidério (saúde). Este último, porém, foi o que mais evoluiu em educação e saúde na comparação com 2000, enquanto Sorriso (MT) foi o que mais avançou em emprego e renda.

Em educação, apenas três municípios – Lucas do Rio Verde (MT), Rio Verde (GO) e Diamantino (MT) – tinham índice superior ao brasileiro em 2000. Dez anos depois, todos haviam superado a média do Brasil, exceto os baianos Formosa do Rio Preto e São Desidério e o mato-grossense Nova Ubiratã. Em saúde, estes mesmos municípios tinham a pior performance de 2000. Em 2010, Nova Ubiratã superou o índice brasileiro, mas os municípios

⁷ O IBGE não calcula o Índice de Gini para municípios.

baianos continuaram atrás. Em emprego e renda, por fim, apenas Sorriso (MT) tinha índice superior ao brasileiro em 2010. Dez anos antes, seis municípios superavam a média brasileira nesse índice – sinal de que emprego e renda avançaram menos nos municípios que são grandes produtores de soja do que no conjunto do Brasil.

Essa constatação, que confirma o desempenho apenas regular da média dos dez municípios na análise dos dados de trabalho do IBGE feitos na seção anterior, é reforçada pela comparação do avanço do sub-índice de emprego e renda do IFDM no Brasil (+61,9%) e na média dos dez municípios (+24,8%). Por outro lado, os municípios cresceram mais que o Brasil em educação (+46,5%, contra +31,4%) e em saúde (+21,1%, contra +13,6%).

Nos indicadores de desenvolvimento escolhidos entre os dados do IBGE, Mato Grosso lidera alfabetização (Lucas do Rio Verde), número de domicílios com banheiro (Sorriso e Lucas do Rio Verde) e acesso à eletricidade (Sorriso e Campo Novo do Parecis). O goiano Rio Verde, por sua vez, tem o índice mais alto de matrículas no ensino superior. O pior desempenho nesses quesitos é dos municípios baianos: São Desidério em alfabetização e banheiro, Formosa do Rio Preto em ensino superior e eletricidade. Em relação a 2000, porém, eles foram os que mais evoluíram nesses indicadores, com exceção dos domicílios com banheiro, que tiveram maior crescimento nos mato-grossenses Sorriso e Lucas do Rio Verde.

TABELA 5 – INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	SORRISO (MT)			SAPEZAL (MT)		
	2000	2010	variação	2000	2010	variação
IFDM	0.5949	0.8453	42.1%	0.5761	0.7907	37.3%
Posição IFDM ranking nacional	1758	144	1614	2029	397	1632
IFDM-educação	0.582	0.809	39.0%	0.570	0.815	43.2%
IFDM-saúde	0.766	0.889	16.1%	0.720	0.922	28.1%
IFDM-emprego e renda	0.437	0.837	91.7%	0.439	0.634	44.5%
População alfabetizada	90.6%	93.2%	2.9%	88.3%	92.4%	4.6%
Pessoas no ensino superior graduação*	5.8%	11.0%	87.7%	0.8%	8.1%	971.1%
Domicílios sem banheiro ou sanitário	1.8%	0.1%	-96.2%	2.2%	0.7%	-68.8%
Domicílios com acesso à rede elétrica	98.5%	99.8%	1.3%	96.4%	99.8%	3.5%
Índice de Gini estadual	0.6900	0.6859	-0.6%	0.6900	0.6859	-0.6%
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	NOVA MUTUM (MT)			CAMPO N. PARECIS (MT)		
	2000	2010	variação	2000	2010	variação
IFDM	0.6198	0.8052	29.9%	0.6750	0.7947	17.7%
Posição IFDM ranking nacional	1358	302	1056	1552	368	1184
IFDM-educação	0.555	0.814	46.8%	0.492	0.786	59.6%
IFDM-saúde	0.776	0.918	18.3%	0.822	0.861	4.8%
IFDM-emprego e renda	0.529	0.684	29.2%	0.508	0.737	45.0%
População alfabetizada	90.3%	94.1%	4.2%	89.1%	93.0%	4.3%
Pessoas no ensino superior graduação*	4.2%	11.8%	183.2%	4.9%	9.6%	96.7%
Domicílios sem banheiro ou sanitário	1.3%	0.3%	-78.0%	0.3%	0.6%	96.8%

Continuação

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	NOVA MUTUM (MT)			CAMPO N. PARECIS (MT)		
	2000	2010	variação	2000	2010	Variação
Domicílios com acesso à rede elétrica	96.2%	99.8%	3.7%	97.5%	99.9%	2.4%
Índice de Gini estadual	0.6900	0.6859	-0.6%	0.6900	0.6859	-0.6%
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	FORMOSA R. PRETO (BA)			DIAMANTINO (MT)		
	2000	2010	variação	2000	2010	Variação
IFDM	0.4641	0.5723	23.3%	0.6718	0.7789	15.9%
Posição IFDM ranking nacional	3604	4236	-632	714	505	209
IFDM-educação	0.388	0.530	36.5%	0.633	0.836	32.1%
IFDM-saúde	0.587	0.779	32.7%	0.766	0.893	16.5%
IFDM-emprego e renda	0.417	0.408	-2.3%	0.616	0.609	-1.3%
População alfabetizada	67.7%	77.1%	13.8%	87.3%	92.2%	5.6%
Pessoas no ensino superior graduação*	0.2%	3.6%	1872.2%	5.6%	11.8%	110.5%
Domicílios sem banheiro ou sanitário	44.8%	19.7%	-56.0%	3.8%	0.7%	-82.8%
Domicílios com acesso à rede elétrica	55.6%	90.3%	62.4%	88.4%	99.3%	12.3%
Índice de Gini estadual	0.8046	0.7918	-1.6%	0.6900	0.6859	-0.6%
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	NOVA UBIRATÃ (MT)			RIO VERDE (GO)		
	2000	2010	variação	2000	2010	Variação
IFDM	0.4848	0.6831	40.9%	0.7361	0.7821	6.2%
Posição IFDM ranking nacional	3329	2065	1264	77	475	-398
IFDM-educação	0.431	0.689	60.0%	0.635	0.854	34.4%
IFDM-saúde	0.674	0.898	33.1%	0.863	0.843	-2.3%
IFDM-emprego e renda	0.350	0.463	32.4%	0.710	0.649	-8.6%
População alfabetizada	83.4%	88.9%	6.5%	87.7%	92.7%	5.6%
Pessoas no ensino superior graduação*	0.3%	3.7%	1388.0%	6.8%	13.7%	99.7%
Domicílios sem banheiro ou sanitário	4.0%	0.7%	-81.7%	2.3%	0.2%	-90.7%
Domicílios com acesso à rede elétrica	80.9%	99.3%	22.7%	98.1%	99.8%	1.8%
Índice de Gini estadual	0.6900	0.6859	-0.6%	0.7862	0.7931	0.9%
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	LUCAS RIO VERDE (MT)			SÃO DESIDÉRIO (BA)		
	2000	2010	variação	2000	2010	Variação
IFDM	0.6742	0.8387	24.4%	0.4466	0.6009	34.5%
Posição IFDM ranking nacional	679	164	515	3834	3712	122
IFDM-educação	0.645	0.870	34.9%	0.331	0.590	78.2%
IFDM-saúde	0.832	0.957	15.0%	0.511	0.759	48.4%
IFDM-emprego e renda	0.546	0.689	26.2%	0.498	0.455	-8.7%
População alfabetizada	89.0%	95.7%	7.5%	60.8%	74.8%	23.0%
Pessoas no ensino superior graduação*	4.1%	9.0%	118.9%	0.9%	4.0%	352.3%
Domicílios sem banheiro ou sanitário	0.0%	0.1%	-	42.4%	21.2%	-49.9%
Domicílios com acesso à rede elétrica	98.7%	99.9%	1.2%	64.6%	92.6%	43.5%
Índice de Gini estadual	0.6900	0.6859	-0.6%	0.8046	0.7918	-1.6%
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	BRASIL					
	2000	2010	variação			
IFDM	0.5954	0.7899	32.7%			
IFDM-educação	0.585	0.769	31.4%			
IFDM-saúde	0.712	0.809	13.6%			
IFDM-emprego e renda	0.489	0.791	61.9%			
População alfabetizada	84.3%	89.1%	5.7%			
Pessoas no ensino superior graduação*	5.4%	10.4%	94.0%			
Domicílios sem banheiro ou sanitário	7.7%	2.6%	-65.8%			
Domicílios com acesso à rede elétrica	94.5%	98.7%	4.4%			
Índice de Gini	0.8679	0.8587	-1.1%			

Fonte: Cálculos e elaboração da autora, a partir de dados da FIRJAN e IBGE. *Como percentual daquelas que frequentavam escola ou creche.

5 CONCLUSÕES

A economia dos dez municípios que mais produziram soja em 2010 cresceu, na década de 2000, mais que a economia brasileira em seu conjunto. O PIB per capita, é verdade, teve incremento menor que a média brasileira em oito dos municípios analisados. Isso deveu-se, porém, não a um avanço do PIB que deixasse a desejar, e sim a um grande aumento de população – sinal de que esses municípios continuam atraindo pessoas de fora e que, portanto, mantêm-se como pólos econômicos dinâmicos.

O crescimento populacional, porém, pode ter limitado a melhora dos índices de desenvolvimento, pelo menos quando se analisa a média do grupo. O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que cresceu 32,7% entre 2000 e 2010 no Brasil, avançou 27,2% nos dez municípios produtores de soja. O que mais pesou nessa desvantagem foi o melhor desempenho do país como um todo no sub-índice emprego e renda, cuja evolução foi quase 2,5 vezes maior que a dos municípios analisados.

Vale ressaltar, contudo, que nove dos dez municípios já tinham PIB per capita superior ao do Brasil em 2000, quando sua média era mais que o dobro do valor brasileiro. Por isso, não é de estranhar que o crescimento de uma renda que já era relativamente alta tenha sido menor nos dez anos seguintes. Além disso, a análise dos outros dois sub-índices apurados pela FIRJAN sugere que os municípios produtores de soja podem estar no caminho certo rumo ao desenvolvimento, pois cresceram mais que o Brasil em educação e em saúde.

Chama a atenção também a diminuição da dependência do PIB em relação ao valor da produção de soja na maioria dos municípios analisados, embora ele ainda seja muito importante. Isso corrobora a tese de Douglass North de que a base de exportação molda e condiciona o desenvolvimento posterior de uma região, especialmente quando se trata de uma região “jovem”, como é o caso de seis dos sete municípios mato-grossenses da análise.

Esse fato, aliado ao aumento da população, à menor proporção de população rural no número total de habitantes e ao avanço expressivo nos indicadores de educação, sugere que a soja caminha para se consolidar como uma indústria agrícola exportadora bem-sucedida – muito embora, devido aos efeitos de encadeamento, sua influência seja bem maior que a mera participação do valor bruto de produção no PIB, como calculado aqui. Um dos problemas, pelo menos em alguns dos municípios, pode ser a concentração de terra, como sugerido por North. Os dados levantados, contudo, não são suficientes para comprovar essa tese.

Mais interessante que comparar a média dos dez municípios analisados aos números gerais do Brasil, porém, é chamar a atenção para os municípios que se destacaram

negativamente ao longo deste trabalho. Os baianos Formosa do Rio Preto e São Desidério, sem dúvida, são os donos dos piores indicadores de crescimento e desenvolvimento. Mas é importante lembrar o quanto eles evoluíram entre 2000 e 2010 e também o quanto a soja é uma cultura relativamente nova na Bahia. Isso sem falar no fato de esses dois municípios baianos, ao contrário dos mato-grossenses, não serem “jovens”, trazendo consigo um atraso econômico difícil de superar em um período curto como o analisado neste trabalho.

6 REFERÊNCIAS

ANDA. Associação Nacional para Difusão de Adubos. **Estatísticas**. Disponível em <<http://www.anda.org.br/index.php?mpg=03.01.00&ver=por>>. Acesso em: 04/02/2013.

ANFAVEA. Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. **Anuário da Indústria Automotiva Brasileira – 2012**. São Paulo: ANFAVEA, 2012.

CENSUS BUREAU. United States Census Bureau. **Midyear population and density**. Disponível em <<http://www.census.gov/population/international/data/idb/informationGateway.php>>. Acesso em: 04/02/2013.

CME GROUP. **Volume and open interest monthly reports**. Disponível em <<http://www.cmegroup.com/market-data/volume-open-interest/>>. Acesso em: 04/02/2013.

CRUZ, B. de O. et alli (Org.) **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. 406 p.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Tecnologias de produção de soja**. Disponível em <<http://www.cnpso.embrapa.br/producaosoja/SojanoBrasil.htm>>. Acesso em: 25/06/2013.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. Disponível em <<http://www.firjan.org.br/ifdm/>>. Múltiplos acessos entre mai. e ago. de 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal.**

Disponível em <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=83&no=1>.

Múltiplos acessos entre jan. e jul. de 2013.

IPEADATA. **PIB estadual a preços de mercado corrente.** Disponível em

<<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 26/06/2013.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Sistema Aliceweb.

Exportação (1996 a 2013). Disponível em <<http://alicesweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em:

04/02/2013.

NORTH, D. C. **Agriculture in regional economic growth.** Journal of Farm Economics.

Oxford University Press / Agricultural & Applied Economics Association. Vol. 41, no. 5

(Dec., 1959), pp. 943-951. Disponível em

<<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1235230?uid=3737664&uid=2129&uid=2134&uid=380745823&uid=2&uid=70&uid=3&uid=380745813&uid=60&sid=21102325686421>>.

Acesso em: 16/06/2013.

_____. **Exports and regional economic growth: a reply.** Journal of Political Economy. The

University of Chicago Press. Vol. 64, no. 2 (Apr., 1956), pp. 165-168. Disponível em

<<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1826832?uid=3737664&uid=2134&uid=380745823&uid=2&uid=70&uid=3&uid=380745813&uid=60&sid=21102086548453>>. Acesso em:

09/06/2013.

_____. **Location theory and regional economic growth.** Journal of Political Economy. The

University of Chicago Press. Vol. 63, no. 3 (Jun., 1955), pp. 243-258. Disponível em

<<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1825076?uid=3737664&uid=2134&uid=380745823&uid=2&uid=70&uid=3&uid=380745813&uid=60&sid=21102086548453>>. Acesso em:

09/06/2013.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento da América Latina e alguns de seus problemas**

principais. Santiago (Chile): Cepal, 1949. Disponível em

<<http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf>>. Acesso em: 12/04/2013.

SCHWARTZMAN, J. **O desenvolvimento da Teoria da Base de Exportação como uma teoria do desenvolvimento regional**. 72 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1973. Disponível em http://www.cedeplar.ufmg.br/economia/dissertacoes/1978_1972/Jacques_Schwartzman.pdf. Acesso em: 10/02/2013.

SNOWDON, B.; VANE, H.R. The renaissance of economic growth research. In _____. **Modern macroeconomics: its origins, development and current state**. Cheltenham (UK): Edgard Elgar Publishing Limited, 2005.

TIEBOUT, C. M. **Exports and regional economic growth**. Journal of Political Economy. The University of Chicago Press. Vol. 64, no. 2 (Apr., 1956), pp. 160-164. Disponível em <http://www.jstor.org/discover/10.2307/1826831?uid=3737664&uid=2134&uid=380745823&uid=2&uid=70&uid=3&uid=380745813&uid=60&sid=21102086548453>. Acesso em: 09/06/2013.

USDA. United States Department of Agriculture. Foreign Agricultural Service. **Production, supply and distribution online**. Disponível em <http://www.fas.usda.gov/psdonline/psdQuery.aspx>. Acesso em: 04/02/2013.